

Journal de Santa Catarina
23/5/98
26
4B

AMBIENTE

Mata Atlântica está em vias de extinção

GILMAR DE SOUZA

Segundo estudo feito pelo Inpe, devastação diminuiu em Santa Catarina e no Paraná

CAMPINAS – A Mata Atlântica foi reduzida a apenas 7% da área original e está a um passo da extinção. Entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul foram perdidos 500.317 hectares de matas primárias, apenas entre 1990 e 1995. Só restam 8.182.096 hectares de florestas, excessivamente fragmentadas. Estas são algumas das conclusões do novo levantamento dos remanescentes florestais, divulgado hoje pela Fundação SOS Mata Atlântica. A devastação foi maior no Rio de Janeiro, seguido por Minas Gerais e Paraná.

O estudo foi realizado com imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e processamento de informações do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). O estudo deste ano não incluiu os Estados do Nordeste. Este é o segundo levantamento feito pela SOS Mata Atlântica, nesta escala. O anterior abrangeu o período 1985-90, ano em que ainda restavam 8,8% da floresta.

Os dois vilões do desmatamento na Mata Atlântica, no estudo anterior, desta vez deram bom exemplo. No Paraná e em Santa Catarina diminuiu significativamente o ritmo de derrubadas, ainda que os números absolutos continuem altos. Dos 144 mil hectares devastados entre 1985 e 1990, o Paraná foi para 84.609 hectares, entre 1990 e 1995. O Estado perdeu, no período, 4,66% dos remanescentes anteriormente mapeados. Em Santa Catarina, a redu-



Queda: apesar dos números altos, ritmo de desmate caiu

ção foi de 99 mil hectares detectados entre 1985 e 1990 para 62.919 hectares. O Estado perdeu em 1995 o correspondente a 3,64% dos seus remanescentes.

Opinião pública

“Essa redução demonstra a importância da pressão da opinião pública e do próprio monitoramento”, observa João Paulo Capobianco, do ISA. Segundo ele, os paranaenses e catarinenses foram impactados ao ser apontados como os vilões, no estudo anterior, e o impacto refletiu nas ações governamentais e até no Judiciário.

Em Santa Catarina, a Procuradoria da República concedeu uma liminar proibindo os órgãos de fiscalização de emitir qualquer licença de desmatamento antes da regulamentação da legislação federal. “A ação da procuradoria obrigou os madeireiros a mudar de estratégia e eles passaram do corte raso para o desmatamento seletivo, cortando com mais critério, apenas as espécies nobres”, comenta Míriam Prochnow, da entidade ambientalista Apremavi. O desmatamento seletivo ainda tem problemas, porque empobrece a floresta, mas já é um passo adiante da derrubada indiscriminada.

Polícia Ambiental descobre três focos de desmatamento

MAFRA/RIO NEGRINHO – O problema do desmatamento segue se alastrando no Planalto Norte do Estado. A Polícia Ambiental descobriu três focos de devastação nos municípios de Mafra e Rio Negrinho. A área atingida na Mata Atlântica é equivalente a oito campos de futebol e mais de 200 metros cúbicos de madeira foram apreendidos. Ninguém foi preso. A fiscalização continua nas próximas semanas. Foi a primeira operação no Estado após a aprovação da nova lei ambiental.

O primeiro foco de desmatamento foi descoberto na localidade de Bituva Grande, na divisa de Mafra com Rio Negrinho.

A área estava sendo explorada pela Magnus Pinus, de Itaiópolis. A empresa não tinha autorização para extrair a madeira. As araucárias e imbuías, espécies ameaçadas de extinção, estavam sendo derrubadas há vários meses. Pelos vestígios na mata, a exploração é antiga. A imbuía e araucária podem ser derrubadas, desde que haja autorização do Ibama, afirmou o tenente Fabrício Berto da Silveira, comandante do 9º Pelotão de Polícia de Proteção Ambiental, sediado em Lages. Silveira desconfia que os trabalhadores foram avisados da fiscalização e fugiram do local. A área estava completamente abandonada. (Jefferson Sabedra)